



RESUMO DOS 120 ANOS DA EEAP

INCLUSÃO ESCOLAR: O PAPEL DA TERAPIA OCUPACIONAL EM CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN

Juliana Braga Sabiá¹, Luciane Soares de Araujo Silveira², Angela Maria Bittencourt³

RESUMO

Objetivos: Analisar o papel do terapeuta ocupacional no processo de inclusão escolar e; Propor modificações na intervenção escolar, sob a perspectiva da terapia ocupacional, a fim de melhorar a capacidade funcional de crianças em idade escolar com síndrome de Down. **Método:** A metodologia utilizada para este estudo é o levantamento bibliográfico sobre o processo de inclusão escolar de crianças com síndrome de Down. **Resultados:** O levantamento bibliográfico nos remeteu a conclusão que não existe apenas à alteração do processo de inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais possibilita que essas interajam espontaneamente em situações diferenciadas enquanto adquirem conhecimento e se desenvolvem, mas que as diferenças comportamentais e físicas dos alunos em relação aos seus colegas dificultam a assimilação no grupo, acentuando até mesmo, o contraste entre eles. **Conclusão:** A partir deste estudo evidenciou-se a necessidade da elaboração de cartilhas de orientação para pais, professores e profissionais da educação, que consiste no esclarecimento do que vem a ser a síndrome de Down visando favorecer o processo de inclusão destas crianças e desta maneira envolver os profissionais que atuam direta e indiretamente com a inclusão escolar, em projetos que visem à melhoria da capacitação e do entendimento do que vem a ser a síndrome de Down suas implicações no cotidiano da criança. **Descritores:** Síndrome de *Down*, Inclusão, Terapia ocupacional.

^{1,2} Acadêmicas de Terapia Ocupacional do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. E-mails: luciane.terapeuta@hotmail.com. ² Professora de Terapia Ocupacional do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. E-mail: abittenc@hucff.ufrj.br.

INTRODUÇÃO

A Síndrome de Down é um distúrbio genético causado pela presença do cromossomo 21. Ocorre ao acaso durante a divisão celular do embrião. Na célula normal do homem existem 46 cromossomos divididos em 23 pares e as pessoas com síndrome de Down possuem 47, sendo o cromossomo extra ligado ao par 21. Essa modificação impede alguns desenvolvimentos, como estatura, fala e atividades intelectuais. Antes, a perspectiva de vida para essas pessoas era somente até a adolescência. A partir dos anos 80, houve uma mudança cultural em relação ao tratamento e à perspectiva de vida dessas pessoas, fazendo-as chegar até a terceira idade. Os níveis de comprometimento da síndrome variam, o que faz ter maiores ou menores habilidades intelectuais é o que será oferecido.

Todas as crianças têm direito a educação, que vise à formação e o desenvolvimento de habilidades para o desempenho em todas as áreas do cotidiano. A inclusão de crianças com Síndrome de Down no ambiente escolar deve seguir esta premissa, ou seja, deve desenvolver as habilidades de cada criança com intuito de tornarem as mesmas independentes para as práticas das atividades de vida diária, do trabalho e do lazer. É dever do Estado à garantia do direito à educação de qualidade, estabelecido na Constituição Brasileira de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996) e no Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2010).

Entretanto, para que este objetivo seja plenamente alcançado, é imprescindível que a equipe profissional do ambiente escolar conheça plenamente seus alunos, no âmbito da patologia, das capacidades e limitações, assim como dos desejos de cada um.

Nas discussões a respeito do papel da Terapia Ocupacional na inclusão escolar do aluno com necessidades educativas especiais¹, é muito comum abordar questões referentes às adaptações físicas, no mobiliário, ou no material escolar, as quais de fato possibilitam melhoras posturais e de ajustamento, auxiliando e por vezes sendo fundamentais no processo de aprendizagem. Porém, pouco se discute as questões que dizem respeito aos comportamentos dos colegas, as interações entre os grupos, ou ainda o impacto de uma adaptação no contexto escolar. A inclusão escolar não depende somente de adequações posturais e físicas, mas de todo um contexto existente que requer a atuação dos pais, alunos, professores e equipe técnica da instituição (DUTRA *et al*, 2002)

O objetivo: Analisar o papel do terapeuta ocupacional no processo de inclusão escolar, assim como propor modificações na intervenção escolar, sob a perspectiva da terapia ocupacional, a fim de melhorar a capacidade funcional de crianças em idade escolar com síndrome de Down.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para este estudo é o levantamento bibliográfico sobre o processo de inclusão escolar de crianças com síndrome de Down. A Terapia Ocupacional ao se preocupar em estudar este assunto favorece a qualificação do atendimento ao portador desta síndrome, como também orienta o profissional da educação a atuar junto a criança colaborando para a construção e implementação de programas que possam de fato contribuir para a sua inclusão na escola

Diante da pouca bibliografia disponível tornou-se indispensável à organização do material em tópicos que o classificasse, partindo da contextualização da questão das alterações

cognitivas e da necessidade de se estimular a inclusão abordando as questões comportamentais e grupais, além de aspectos físicos e adaptativos, pois a concretização do aprendizado é tão importante quanto o simples ato de segurar um lápis.

RESULTADOS

O levantamento bibliográfico nos remeteu a conclusão que não existe apenas a alteração do processo de inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais possibilita que essas interajam espontaneamente em situações diferenciadas enquanto adquirem conhecimento e se desenvolvem, mas que as diferenças comportamentais e físicas dos alunos em relação aos seus colegas dificultam a assimilação no grupo, acentuando até mesmo, o contraste entre eles.

Harris (1995, apud BATISTA; ENUMO, 2004) considera que rejeição ao estranho ou diferente faz parte do processo de formação de grupo. Deste modo, Turner (1984, apud BATISTA; ENUMO, 2004) salienta que a afiliação ao grupo acarreta uma reação por parte de seus membros. Portanto, não só pela proximidade que alguém se acha pertencente ao grupo, ele tem que se identificar com este, pois é este o processo básico de formação de grupo.

Reside aí então, a importância de se desenvolver e construir a inclusão escolar para que realmente haja a aceitação desses alunos no grupo e fazendo com que este se perceba de modo semelhante e respeite as diferenças, diminuindo o preconceito e aumentando sua auto-estima.

Observou-se, também, que muitos pais; professores e profissionais de saúde desconhecem os fatores que influenciam o cotidiano do portador da síndrome de Down.

CONCLUSÃO

Dentro destas demandas propostas neste trabalho, tendo como foco o contexto da inclusão escolar, a Terapia Ocupacional possui pressupostos teóricos baseados em métodos de intervenção por meio de atividades tendo por objetivo promover a saúde, corrigir ou reduzir situações prejudiciais ao indivíduo, reforçando capacidades funcionais seja nos aspectos físicos, psíquicos ou sociais, proporciona habilidades essenciais, tornando o indivíduo na medida de possibilidades mais aptas, independentes e produtivas na sua vida, considerando a realidade dentro de sua esfera social.

A partir deste estudo evidenciou-se a necessidade da elaboração de cartilhas de orientação para pais, professores e profissionais da educação, que consiste no esclarecimento do que vem a ser a síndrome de Down visando favorecer o processo de inclusão destas crianças e desta maneira envolver os profissionais que atuam direta e indiretamente com a inclusão escolar, em projetos que visem à melhoria da capacitação e do entendimento do que vem a ser a síndrome de Down suas implicações no cotidiano da criança.

REFERÊNCIAS

- Batista M, Enumo S. Inclusão escolar e deficiência mental: análise de interação social entre companheiros. *Estudos de Psicologia*, 2004, 9 (1), 101-111. Disponível em <www.scielo.br/pdf/epsic/v9n1/223886.pdf.> Acesso em 07/04/2010
- BRASIL, Ministério da Saúde, Departamento de Atenção Básica. Disponível em www.saude.gov.br/dab, acesso em 07/04/2010.
- Hagedorn R. Fundamentos para prática em Terapia Ocupacional. 3ª ed. São Paulo: Roca; 2000.

Sabiá JB, Silveira LSA, Bittencourt AM.

Mancini MC, Silva PC, Gonçalves SC, Martins SM. Comparação do Desempenho Funcional de Crianças Portadoras de Síndrome de Down e Crianças com Desenvolvimento Normal aos 2 e 5 anos de idade. Arq Neuropsiquiatr 2003; 61(2-B):409-415

Neistadt ME, Crepeau EB. Terapia Ocupacional. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2002.

Silva NLP, Dessen MA.: Síndrome de Down: etiologia, caracterização e impacto na família. Universidade de Brasília. Interação em Psicologia, 2002, 6(2), p. 167-176.

Silva RNA. A educação especial da criança com Síndrome de Down. Pedagogia em Foco. Rio de Janeiro; 2002

Recebido em: 27/08/2010

Aprovado em: 27/12/2010